

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
- TRABALHO

COMÉRCIO JUSTO: CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Anderson Farias (Lama/UEPG, afarias.agro@gmail.com)¹
Wania Kauana Bernardi (Lama/UEPG, kawanna.bernardi@gmail.com)²
**Pedro Henrique Weirich Neto (Lama/UEPG,
lama1@uepg.br)³ (Coordenador)**

Resumo: A Revolução Verde é um modelo de agricultura baseado no uso intensivo de moléculas sintéticas. É um conjunto de estratégias e inovações tecnológicas que teve como escopo alcançar maior produtividade, esse modelo causa todo tipo de degradação do meio ambiente, destruindo a fertilidade natural do solo, seus micro-organismos, contaminando águas e atmosfera. O modelo de agricultura intensiva da Revolução Verde implica custos elevados de produção, beneficiando poucos agricultores. No Brasil, ainda se encontra, pequeno grupo resistente ou sem opções, de pequenos proprietários rurais, a agricultura de base familiar. Estes desenvolveram sistemas agrícolas complexos, adaptados às condições locais, que os ajudam a gerir de forma sustentável ambientes desfavoráveis. O emprego de técnicas sustentáveis conduz ao cultivo agroecológico, que resgata um antigo desafio da agricultura de base familiar; a comercialização. Sendo assim objetiva-se organizar produtores de base familiar agroecológica e consumidores conscientes na comercialização direta de produtos orgânicos melhorando a relação cidade-campo sem ação de atravessadores, almejando melhor qualidade de vida de agricultores e consumidores.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Fair trade. Agricultura camponesa.

NOME DO PROGRAMA OU PROJETO

Comércio Justo: Circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos da agricultura familiar

PÚBLICO-ALVO

Agricultores familiares da região centro-oriental do Paraná e consumidores em potencial.

LOCAL DE EXECUÇÃO

As ações do projeto são desenvolvidas em 11 municípios do estado do Paraná.

¹ Bolsista recém-formado; Lama/UEPG; afariasuepg@gmail.com

² Bolsista recém-formado; Lama/UEPG; kawanna.bernardi@gmail.com

³ Coordenador; Lama/UEPG; lama1@uepg.br

MUNICÍPIOS ATINGIDOS

Ortigueira, Imbaú, Reserva, Telêmaco Borba, Ponta Grossa, Piraí do Sul, Pinhão, São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Palmeira e Candido de Abreu.

JUSTIFICATIVA

A Revolução Verde ⁴ teve início na década de 60 e 70 e foi um modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura (SERRA, 2016). É um conjunto de estratégias e inovações tecnológicas que teve como escopo alcançar maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização de solos, utilização de agrotóxicos e mecanização agrícola. Como forma de se aumentar a produtividade da lavoura esse modelo causa todo tipo de degradação do meio ambiente, destruindo a fertilidade natural do solo e seus micro-organismos, contaminando água e atmosfera (BARROS, 2014).

O modelo de agricultura intensiva da Revolução Verde, implica custos elevados de produção, e, portanto, os benefícios econômicos foram privilégio de poucos agricultores (MAZOYER e ROUDART, 2010). No Brasil existe um pequeno grupo resistente ou sem opções, de pequenos proprietários rurais, agricultura de base familiar ou camponesa, que compreende 84% do total das propriedades rurais e ocupam apenas 24% das terras (IBGE, 2006).

Em muitas áreas do mundo em desenvolvimento, os agricultores tradicionais desenvolveram, ou herdaram, sistemas agrícolas complexos, adaptados às condições locais que os ajudaram a gerir de forma sustentável ambientes desfavoráveis, esses conseguem satisfazer as necessidades de subsistência, sem dependência das tecnologias da ciência agrícola moderna (ALTIERI et al., 2012).

O emprego de técnicas sustentáveis pode conduzir ao cultivo ecologicamente correto de alimentos saudáveis representando ganhos favoráveis tanto para os agricultores quanto para o público que se abastece de produtos agroecológicos e também garantido ainda a preservação do meio ambiente. Estas práticas agrícolas e técnicas de cultivo sustentável tomam por base o manejo correto da água e do solo, uso de adubos orgânicos e adubação verde, compostos, produção de mudas com qualidade, rotação de culturas, cultivo protegido, nutrição correta das culturas e controle alternativo de pragas e doenças (TRANI et al., 2010). Além de todas as técnicas citadas não se deve esquecer que é necessária diversificação da

⁴ Revolução Verde, expressão criada em 1966, em uma conferência em Washington, por William Gown para referir-se a um programa de inovações tecnológicas no setor da agricultura (ANDRADES e GANIMI, 2007)

área, ou seja, evitando a monocultura para que o ambiente esteja em equilíbrio constante sem que haja a necessidade do uso de insumos adquiridos de fora da propriedade.

Atualmente verifica-se a preocupação por parte do consumidor com a origem do produto e a sustentabilidade da produção, tornou-se importante se conhecer a origem e como foi produzido cada produto. A produção de forma agroecológica reduz a agressão ao meio ambiente ampliando a conservação da natureza e além de ser responsável por um aumento na renda dos produtores pelo fato de o valor pago por esses produtos ser maior que o pago por produtos convencionais (BITTENCOURT, 2002).

Com este cenário diferenciado surge novo desafio, a comercialização (WEIRICH NETO et al, 2016). Uma das formas para facilitar o acesso de agricultores familiares ao mercado é através da formação de grupos, onde haverá troca constante de experiência e também troca de produtos para a comercialização. Neste contexto, pensando em auxiliar o agricultor familiar, grupos de consumidores conscientes são criados havendo assim participação de produtor e consumidor. Neste sentido, objetiva-se organizar grupos de produtores de base familiar e consumidores, na comercialização direta de produtos orgânico, com isto melhorar a relação cidade-campo, almejando melhor qualidade de vida de agricultores e consumidores.

OBJETIVOS

O projeto tem como objetivos formar e estimular grupos de agricultores para produção de hortaliças no sistema agroecológico e grupos de consumidores que buscam alimentação saudável e sustentável, promovendo comércio justo e diferenciado, onde o caminho percorrido da produção é do canteiro para a mesa, o que proporciona o fortalecimento da agricultura familiar e do consumidor.

MÉTODO

O projeto Comércio Justo vem sendo realizado em 11 municípios do Paraná, sendo desenvolvido junto à agricultores familiares, e consumidores, geralmente concentrados em empresas privadas e estatais. O projeto conta com 10 grupos de produtores e mais de 25 grupos de consumidores, beneficiando aproximadamente 40 produtores e 300 consumidores.

A primeira parte do trabalho é uma reunião com grupo de agricultores para conhecer os interessados em participar do projeto Comércio Justo (Figura 1). Em seguida, realiza-se visitas as propriedades com intuito de se conhecer as áreas que irão dar origem a produção

agroecológica. Nesta, são realizadas vistorias primeiramente em fontes e nascentes de água da propriedade, onde junto com os produtores discute-se aspectos da produção agroecológica. Neste caso, conforme avanço da discussão, relatam-se aspectos de legislação vigente para a certificação dos produtos agroecológicos, como a adequação ambiental, aspectos de conservação do solo, uso de produtos naturais para alcançar o equilíbrio da produção, entre outros aspectos. Posteriormente, inicia-se o processo de certificação da produção orgânica.

Figura 1 – Reunião realizada com agricultores de Reserva – PR.



Fonte: Laboratório de mecanização agrícola, 2017.

Para formação de grupos de consumidores busca-se locais como escolas, universidades, órgãos públicos e privados, para que haja comercialização direta de produtos orgânicos. No primeiro encontro procura-se através de palestra/reunião resgatar alguns conceitos básicos da produção agrícola, que com a relação de comércio trazida pela comodidade da gôndola do mercado, foram esquecidos pelos consumidores (Figura 2).

São abordados temas como alimentos de qualidade, sistemas de produção, trabalho rural, sazonalidade agrícola, tempo para produção, lembrando ao consumidor que a diversidade é essencial para o equilíbrio agrícola, bem como para sua saúde. Neste sentido, não é recomendável a escolha de produtos, isto é, todos os consumidores irão receber semanalmente a mesma quantidade de produtos, sem opção de escolha (Figura 3).

Figura 2 – Reunião com potenciais consumidores em Escolas Estaduais.



Fonte: Laboratório de mecanização agrícola, 2017.

Neste primeiro encontro com os consumidores também é sugerido que o pagamento seja feito antecipado para o mês inteiro para que o agricultor possa planejar a produção, também é definido um dia fixo da semana e local para entrega das sacolas, dias como segunda-feira não são indicados, pois para realizar uma entrega na segunda o agricultor deverá trabalhar durante o domingo, fugindo então a ideia de comércio justo.

Figura 3 – Sacolas com produtos orgânicos.



Fonte: Laboratório de mecanização agrícola, 2017.

Com o andamento do processo, novos encontros acontecem, trocas de receitas, visita as propriedades, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo-se que a agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos no Brasil, pode-se afirmar que é de grande importância a formação de grupos de

agricultores para favorecer a troca de produtos e conhecimentos, mantendo a cultura local e a diversidade de espécies. Sendo importante, também, a formação de grupos de consumidores para auxiliar na discussão e aquisição de produtos de qualidade. A união desses, auxilia no escoamento da produção, na valoração dos alimentos oriundos da agricultura familiar, na produção agroecológica e na melhoria da qualidade de vida do produtor e do consumidor.

Com isso, o comércio justo retira de campo o atravessador, fazendo com que o preço pago pelos produtos seja justo, tanto para o consumidor quanto para o agricultor, além de proporcionar diálogos entre as partes, onde ocorrem trocas de experiências, receitas, consumo de hortaliças e frutas da época, sendo algumas destas desconhecidas pelos consumidores. Por fim todo o processo fortalece o sistema e favorece o giro do capital localmente, pois parte deste capital permanece no município onde está ocorrendo a produção.

APOIO: Laboratório de Mecanização Agrícola, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Programa Universidade Sem Fronteira.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A.; FUNES, M. F. R.; PETERSEN, P. Agroecologically efficient agricultural systems for smallholder farmers: contributions to food sovereignty. **Agronomy for Sustainable Development**, v.32, n. 1, p. 1-13, 2012.
- ANDRADES T.O.; GANIMI R. N. Revolução Verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, V .21, p.43-56, 2007.
- BARROS, I. F. **Nas trilhas do crédito fundiário: a luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira de pernambuco**. 324p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.
- BITTENCOURT, G. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2002, 400p.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. **Censo agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 777 p.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. (Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira) – São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 568 p.
- TRANI, P.E.; PASSOS, F.A.; MELO, A.M.T.; TIVELLI, S.W.; BOVI, O. A.; PIMENTEL, E.C. **Hortaliças e Plantas Mediciniais: Manual Prático**. Campinas: Instituto Agrônomo, 2010, 2 ed. 72 p. (Boletim Técnico IAC, 1999).
- SERRA, L. S., MENDES, M. R., SOARES, M. A., MONTEIRO, I. P. **Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos**. 2016. Disponível em: http://www.undb.edu.br/publicacoes/arquivos/revolu%C3%A7%C3%A3o_verde_e_agrot%C3%B3xicos_-_marcela_ruy_f%C3%A9lix.pdf. Acesso em 08 jul 2017.
- WEIRICH NETO P. H.; DELAFOULHOUZE M. H. F.; VRIESMAN, A. K.; SOUZA, N. M. DE; ROCHA, C. H. **O desafio da comercialização da produção agroecológica familiar**. In: Rocha, C. H.; Weirich Neto, P. H.; Souza, N. M. de (org.). **Sustentabilidade: a transformação vem da agricultura familiar**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. 118 p. il.